



PG-016 – Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras

FUNDAÇÃO
renova

Definição do Programa – Etapa 3

Fevereiro/2018

CONTROLE DE MUDANÇAS DO PROGRAMA

Data	Id	Resumo da mudança
Fevereiro/2018	00	Emissão Inicial

SUMÁRIO

1	Sumário executivo	1
2	Objetivo	6
3	Metodologia utilizada	6
4	Declaração do programa	7
	4.1 Contextualização do cenário da Aquicultura e Pesca	7
	4.3 Ações realizadas e em andamento.....	16
	4.1.1 Mobilização do conhecimento e identificação das soluções.....	18
	4.1.2 Histórico de engajamento dos stakeholders	2
	4.1.3 Solução Construída	1
	4.1.4 Estratégia de engajamento dos stakeholders para execução.....	1
	4.1.5 Interface com outros Programas	3
	4.1.6 Projetos e processos do programa.....	1
5	Planejamento consolidado do programa	7
	5.1.1 Custo do programa (R\$ 27, 529 milhões).....	7
	5.1.2 Cronograma do programa	8
	5.1.3 Papéis e Responsabilidades	9
6	Plano de resultados.....	10
	6.1.1 Indicadores do Programa	10
	6.1.2 Critérios para encerramento do programa	10
	6.1.3 Fichas dos indicadores	11
7	Anexos	16

1 Sumário executivo

Este documento tem como finalidade formalizar as entregas da fase de definição do Programa de Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras (PG16) nas áreas impactadas de acordo com Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC - cláusulas 116 a 123 e deliberação 121 e 147).

O Programa tem como objetivo viabilizar o retorno das atividades aquícolas e pesqueiras diretamente impactadas ao longo da área de abrangência socioeconômica, criando as condições para a superação das limitações e restrições ao exercício da pesca, bem como a realocação em novas atividades econômicas e produtivas compatíveis com o modo de vida de pescadores e aquicultores impactados, sempre que a retomada da atividade de pesca não for possível, em razão dos efeitos causados pelo rompimento da barragem (119).

Para tanto, é importante considerar o perfil do público da pesca quanto as características de sua atividade produtiva, bem como, quanto ao seu modo de vida uma vez que o rompimento da barragem de Fundão trouxe perdas não só materiais, mas também das relações sociais, ambientais, culturais relacionadas à ocupação do território e uso dos recursos naturais na área impactada.

Nesse contexto, a prática da pesca em particular, envolve uma relação singular com o meio ambiente em termos ecológicos, econômicos e sociais, relacionada aos saberes tradicionais e ao convívio das comunidades de pescadores e pescadoras com um território específico. Esses saberes, referem-se à posse de um determinado conhecimento sobre a natureza, por parte dessas comunidades, cuja relação com meio ambiente se caracteriza pela prática de trabalho da pesca artesanal.

A atividade da pesca, vai além de uma atividade econômica, representa também a relação intrínseca entre o ser humano e natureza, caracterizando o seu modo de vida. Desta forma, a partir de informações contidas na base de dados do Cadastro Integrado e com objetivo de subsidiar o planejamento das ações do Programa da Retomada das

Atividades Aquícolas e Pesqueiras, está em curso o aprimoramento de classificação qualitativa para o público da pesca, ampliando o conjunto de informações de caráter mais quantitativo já sistematizadas.

Deste modo, com objetivo de apontar caminhos para o atendimento de pescadores e pescadoras impactados, soma-se a essas informações, outros elementos que demonstrem o modo de vida dessa população e que garantam que os danos sofridos, por esse público, sejam compreendidos não apenas na dimensão econômica, mas também sob os aspectos coletivos, relacionados à cultura, ao saber tradicional, relações e organização sociais, cultura, atividade produtiva.

Além das atividades pesqueiras, o Programa abrange as atividades aquícolas ligadas à Aquicultura, que embora se trate de uma tecnologia bem evoluída com resultados bem significativos, dados do cadastro ao longo do Rio Doce, demonstram que esta atividade se encontra de forma muito dispersa no território impactado. Esta dispersão, revela uma das suas maiores fragilidades: a sustentabilidade, que vai desde a parte de licenciamento ambiental, passando pelas limitações de recursos (em especial água e fornecedores de insumos – alevinos, ração e outros) até a falta de assistência técnica especializada.

Nesse contexto, para atendimento dos objetivos do Programa, foram definidos os projetos e processos que devem ser implementados durante sua execução, que levem em consideração, aspectos econômicos com geração de emprego e renda, bem como a recomposição do modo de vida das comunidades pesqueiras. Nas tabelas abaixo, estão descritos seus objetivos, tempo de duração e custo estimados. O custo total estimado do programa é de R\$ 27,5 MM.

Projetos\Processos	Objetivo
<p>Processo de superação das limitações e restrições ao exercício da pesca e atividades aquícolas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Articular e promover junto as Instituições públicas as condições necessárias para a retomada da atividade da pesca em termos de qualidade ambiental e sanidade do pescado; • Promover ações conjunta com Programa de Conservação da Biodiversidade (PG028) e Programa de Monitoramento da Bacia do Rio Doce (PG038); (sanidade de pescado, qualidade da água, estatística e censo pesqueiros); • Fomentar ações para recomposição de estoques pesqueiros – projetos com parcerias com Universidades; • Promover a inserção dos pescadores no processo de recuperação ambiental local, até o reestabelecimento das atividades de pesca (interface com programa de educação ambiental).
<p>Processo para estímulo ao consumo do pescado</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio as estratégias de comunicação e engajamento para estímulo ao consumo do pescado junto aos impactados e aos diferentes segmentos de consumidores; • Definição de estratégias de abertura e/ou consolidação de mercados.
<p>Processo de estruturação produtiva</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Articulação com o poder público para regularização de pescadores (RGP): como forma de planejamento da retomada das atividades pesqueiras; (29,39% sem registro de pesca); • Apoiar a viabilização de linhas de créditos para a melhoria da atividade (interface com o programa de micro e pequenos negócios); • Assistência técnica e extensão rural aos moldes da PNATER; • Apoio ao ordenamento pesqueiro • Apoiar processos de armazenamento, beneficiamento e comercialização, estimulando as ações coletivas; • Apoiar o processo de organização social das comunidades, como base para fortalecimento da cadeia produtiva da pesca.

<p>Projetos de Alternativas e Melhorias de Produção</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar estudo de demanda de mercado a partir das atividades de interesse citadas no Cadastro Integrado; • Implementação dos projetos de Aquapônia na Foz do Rio Doce, em Regência e Povoação, Areal e Entre Rios: ações já em andamento com concretização prevista para o próximo semestre; • Estudar possibilidades para discussão com os grupos interessados em função do perfil socioeconômico; • Desenvolver /implementar programas de desenvolvimento local, que permita a absorção da mão de obra nas atividades mais citadas, capacitando os grupos para o exercício das atividades de interesse; • Promover alternativas de inserção dos pescadores em atividades coerentes com a sua e • xperiência e interesse; • Desenvolver ações de retomada das iniciativas de Piscicultura/Aquicultura que existiam antes do evento, bem como encontrar caminhos para instalação de novos empreendimentos tendo os (as) impactados (as) como protagonistas, com auto suficiência e sustentabilidade.
---	---

Tabela 1: Projetos e Processos do programa

Cronograma e orçamento do Programa

PROJETO/PROCESSO	Orçamento (R\$ MM)	2016	2017	2018	2019	2020	2021 -2026
Processo de Superação das Limitações e Restrições ao Exercício da Pesca e Atividades Aquícolas	1,497			Jan Nov			
Processo de Estímulo ao Consumo do Pescado	7,868			Jan			Set
Processo de Estruturação de Cadeias Produtivas	14,335			Jan			Set
Projetos de Alternativas de Produção	2.398		Jun				Set



 Fase de planejamento
 Fase de execução

Tabela 2: Cronograma e custo estimado do programa

Indicadores

Para avaliação dos resultados do programa e assegurar que os objetivos foram alcançados, foram definidos os indicadores listados na tabela abaixo:

INDICADOR	UNIDADE	MEDIÇÃO	META
I01 – Limitações e restrições legais ao exercício da pesca superados	Porcentagem	Anual	100%
I02 – Índice de aceitabilidade do consumo do pescado	Porcentagem	Semestral	60%
I03 – Taxa de oferta de realocação em outras atividades	Porcentagem	Semestral	100%
I04 – Taxa de assistência técnica	Porcentagem	Anual	100%
I05 – Nível de retomada das atividades produtivas aquícolas e pesqueiras	Porcentagem	Anual	50%

Tabela 3: Indicadores do programa

O Programa será encerrado quando a atividade pesqueira da região estiver em condições viáveis, incluindo aceitação do mercado, disponibilidade de pescado e incremento da economia local ou regional e, em caso da impossibilidade da retomada da pesca na região ou em locais específicos, até que sejam estabelecidas condições para realocação profissional e inserção em atividades econômicas ou produtivas dos pescadores impactados. O programa acompanhará as referidas ações através do monitoramento e controle dos indicadores “I01 – Limitações e restrições legais ao exercício da pesca superados” e “I03 – Taxa de oferta de realocação em outras atividades”. Os atingimentos das metas desses indicadores, comprovarão que as condições foram restabelecidas tanto para a retomada da atividade pesqueira, quanto para realocação profissional, respectivamente, encerrando-se assim o programa.

2 Objetivo

Este documento tem como finalidade formalizar as entregas da fase de definição do Programa de Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC), firmado em 2 de março de 2016, no âmbito do Processo nº 0069758-61.2015.4.01.3400, em trâmite perante a 12ª Vara Federal da Seção Judiciária de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais de forma a explicitar seus objetivos, escopo e resultados esperados. Ademais, são descritos os indicadores de resultado e os critérios para encerramento do programa.

3 Metodologia utilizada

A figura abaixo demonstra a abordagem metodológica utilizada no desenvolvimento dos programas que estão sob responsabilidade da Fundação Renova (Fundação).

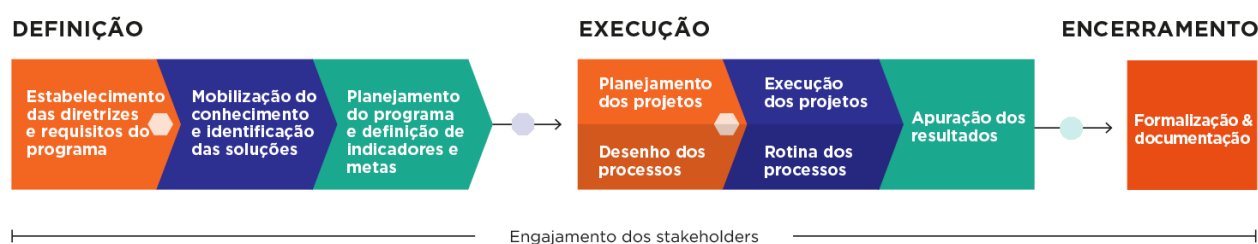


Figura 1- Metodologia de Desenvolvimento dos Programas

A etapa de definição do programa é fundamental para garantir que todas as questões relevantes necessárias para a definição do escopo e dos resultados esperados estejam claramente explicitadas entre a Fundação e as partes interessadas, representadas para este fim pelo Comitê Interfederativo (CIF) e Câmaras Técnicas. A formalização e registro destas definições servirão como base para que o Programa seja dado por encerrado após o término de sua execução.

4 Declaração do programa

4.1 Contextualização do cenário da Aquicultura e Pesca

As ações do Programa de Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras, segue necessariamente um recorte territorial dentro da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, nos Estados do Espírito Santo e Minas Gerais, envolvendo a área de abrangência de acordo com o TTAC que delimita a área de atuação nas localidades e comunidades adjacentes à Calha do Rio Doce, Rio do Carmo, Rio Gualaxo do Norte e Córrego Santarém, além das áreas estuarinas, costeira e marinha impactadas e descritas nas deliberações 58, 93 e 141, localizadas no Estado do Espírito Santo. Essa área de abrangência possui características ambientais, econômicas, sociais e culturais distintas que determinam o modo de vida das comunidades pesqueiras, que estão adaptadas ao ambiente onde estão inseridas e que deve estar contemplado nas ações do Programa de Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras.

Desse modo, com o rompimento da barragem de Fundão e conseqüente depósito de rejeitos de minério ao longo do Rio Doce até a foz, avançando pelo oceano Atlântico, a atividade da pesca ficou proibida em algumas áreas da região de abrangência, como se segue:

a) No Estado de Minas Gerais, em toda a bacia do Rio Doce, a pesca profissional foi totalmente proibida pelo Instituto Estadual De Florestas - IEF, por meio da Portaria IEF Nº 78 de 31 de outubro de 2016. Posteriormente, em 2017, o próprio Instituto liberou parcialmente a pesca, por meio da Portaria nº 40 de 11 de maio de 2017, exclusivamente para a pesca e captura de espécies exóticas, híbridas e alóctones, utilizando-se tarrafa e anzol. Entretanto a proibição permanece para as espécies autóctones, como medida para a recuperação dos estoques naturais.

b) No Estado do Espírito Santo, por solicitação de órgãos como o IBAMA, ICMBIO e IEMA, a pesca de qualquer natureza ficou proibida em região compreendida entre Barra do Riacho (Aracruz/ES) até Degredo/Ipiranguinha (Linhares/ES), incluindo área oceânica para a isóbata de 25 (vinte e cinco metros) metros de profundidade, delimitada pelas seguintes coordenadas geográficas: 19°17'S 39°41'O, no limite norte, e 19°49'50"S. Posteriormente, foi readequada para o limite de proibição/interdição da pesca para isóbata de 20 (vinte) metros de profundidade. Ainda nessa região, a Agência

Nacional de Vigilância Sanitária/ANVISA-Governo Federal, por meio da Resolução nº 989, de 15 de abril de 2016, impõe medidas legais de proibição do armazenamento, da distribuição e da comercialização de pescado oriundo da atividade pesqueira desenvolvida no mar.

Neste contexto, a proibição e limitações da pesca impostas pela insegurança em relação as condições ambientais adequadas e de sanidade do pescado, bem como para a recomposição de estoques naturais, impede que os pescadores, pescadoras e demais atores da cadeia produtiva, exerçam suas atividades cotidianas e conseqüentemente impactando a economia local e regional, com diminuição drástica da comercialização dos produtos oriundos da cadeia produtiva da pesca.

As restrições ao consumo do pescado e a incerteza quanto à qualidade da água acabaram afetando também a cadeia produtiva da piscicultura local, impondo sério revés a suas atividades. Grande parte da população rejeitou o consumo do pescado, mesmo o originário de pisciculturas por suspeitar da qualidade de pescados produzidos a partir do uso de água captada do leito do Rio Doce.

Nesse cenário de incertezas e dúvidas, a aquicultura, que se apresenta ao longo do rio de forma dispersa e tem em sua origem ações de reparação (para pescadores e agricultores atingidos) e ou condicionantes dos licenciamentos ambientais das construções de barragens para hidrelétrica e outros grandes empreendimentos ou por iniciativa de diversificação de renda para agricultores por parte das empresas de ATER oficial (EMATER-MG/ e INCAPER-ES). Também está atividade teve seu desenvolvimento produtivo afetado ou inviabilizado direta ou indiretamente pelo desastre, acarretando em perdas que impossibilitaram a continuidade das atividades produtivas e culminaram com a paralização total ou sua redução.

Dessa forma, considera-se que a superação das restrições legais e limitações estruturais impostas ao pleno exercício da atividade de pesca e da aquicultura, bem como a construção de alternativas à outras atividades produtivas, em casos onde a retomada

da pesca não é possível, consiste em objetivo fundamental como forma de possibilitar o cumprimento das cláusulas do TTAC.

4.2 Público do Programa de Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras.

Para melhor dimensionar e direcionar as ações do Programa de Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras (PG 16) é necessário identificar e caracterizar o público com a finalidade de atingir os objetivos a que o Programa se propõe e que estão diretamente relacionadas ao cumprimento das cláusulas do TTAC.

Nessa linha, o Cadastro Integrado (CI) tem empenhado esforços na identificação e caracterização do público da pesca, com objetivo de balizar as ações do Programa. Contudo as informações contidas no referido Cadastro são de caráter quantitativo e objetivam apresentar os impactos diretos nas atividades da pesca, indicando perdas materiais ocasionadas pelo rompimento da barragem e pela interdição das atividades pesqueiras ao longo da Bacia do Rio Doce. Este objetivo tem foco nas condições econômicas dos pescadores, sobretudo nos aspectos relacionados a emprego e renda direcionadas às ações com fins de indenização e pagamento de auxílio.

É importante destacar que a pesca é uma atividade que envolve não apenas aspectos econômicos, mas está intrinsecamente relacionada aos ciclos naturais e pelas interações específicas de pescadores e pescadoras com o ambiente, por meio do conhecimento tradicional e identidade territorial, constituindo assim o modo de vida desse segmento. Segundo Andreoli (2007), os pescadores possuem modos de vida diferenciados além de adotarem técnicas de captura e instrumentos de pesca também diferenciados. É a pesca quem comanda a vida desses pescadores na maior parte do tempo, ou seja, a maioria das relações sociais e econômicas giram em torno da atividade pesqueira.

Neste contexto, o Programa de retomada das atividades aquícolas e pesqueiras, possui uma abordagem sobre a pesca, que inclui aspectos econômicos, mas também considera a pesca, como um modo de vida de pescadores e pescadoras ao longo da área de abrangência definida no TTAC. Dessa forma, é fundamental que o Programa identifique

e caracterize o público que será objeto das ações, para que estas sejam dimensionadas de forma adequada, objetivando o cumprimento das cláusulas estabelecidas no TTAC. Para tanto, utilizou-se como base de dados as informações contidas no Cadastro Integrado, que fornece dados da população impactada para aplicação dos programas de reparação socioeconômicos e ambientais.

Conforme dados do Cadastro Integrado, o segmento de pescadores e pescadoras é o mais expressivo dentre a população atingida e é composto pelos cadastros que, no momento do cadastramento, declararam perdas e/ou danos relacionados ao exercício da atividade pesqueira e dos recursos pesqueiros.

Atualmente o público da pesca somam 16.206 cadastrados, que corresponde a 54.048 pessoas. A partir desse universo, o Cadastro Integrado fez um recorte dos grupos de interesse que compõe a atividade da pesca, baseado em definições à luz da Lei nº 11.959 de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, com foco na atividade produtiva e no registro geral da pesca. Esses grupos de interesse, estão classificados conforme demonstrado do gráfico abaixo.

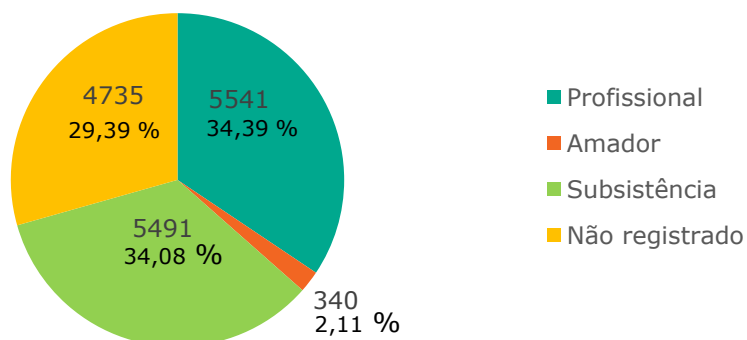


Figura 2 – Público da pesca

De acordo com essa estratificação, o segmento de pescadores e pescadoras, compõe basicamente 3 categorias, a saber:

a) Pescador/pescadora profissional – essa categoria é a do **pescador/pescadora artesanal**. Conforme a legislação é pessoa física, brasileira ou estrangeira, residente no País, que exerce a pesca **com fins comerciais** de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de

parceria, podendo atuar de forma desembarcada ou utilizar embarcação de pesca com arqueação bruta menor ou igual a vinte.

b) Pescador/pescadora de subsistência – são os que exercem a atividade da pesca para fins de consumo doméstico, garantindo a sua segurança alimentar e da família, **sem fins comerciais.**

c) Pescador/pescadora amador/amadora ou esportiva: pessoa física, brasileira ou estrangeira, que pratica a pesca com finalidade de lazer ou desporto, com equipamentos ou petrechos previstos em legislação específica, **sem fins comerciais.**

Analisando esses grupos sob a abordagem do Programa, identificou-se que o “grupo não registrado”, se constitui como característica de um determinado segmento de pescadores, por não possuir o registro geral de pesca (RGP), necessitando uma análise mais detalhada. Também não consta nesses dados de estratificação, o seguimento de aquicultor/aquicultora, que conforme legislação é aquela pessoa física ou jurídica, registrada e licenciada pelas autoridades competentes e que exerce a aquicultura com fins comerciais. Tanto o grupo não registrado, quanto o seguimento de aquicultor/aquicultora, estão em processo de análise conjuntamente com o Cadastro Integrado.

Em análise inicial verificou-se que parte do grupo não registrado, quando aplicado o recorte de renda (pobreza e extrema pobreza), a partir do Índice de Desenvolvimento Familiar (IDF) desenvolvido pela Fundação, passa para a categoria de subsistência, entretanto 29, 39% do universo de pescadores/pescadoras cadastrados continuam no grupo não registrado sugerindo que podem ser pescadores profissionais artesanais, mas sem o registro geral de pesca.

Essas informações demonstram que a atividade pesqueira ao longo de todo o território da bacia do Rio Doce até a sua foz, é predominantemente artesanal (ou de pequena escala) e de caráter informal. A formalidade é baixa e são poucos os pescadores que possuem Registro Geral de Pesca (RGP).

Dessa forma, o Programa ao delinear sua atuação no território impactado, considera as características desses segmentos, direcionando ações que envolvam características específicas de cada grupo, como a renda, atividade desenvolvida, inserção no território e organização social.

4.2 Objetivos, diretrizes, requisitos, premissas e restrições

Objetivos

O Programa de Retomada das atividades Aquícolas e Pesqueiras possuem dois objetivos principais, a saber:

1. Viabilizar o retorno da atividade pesqueira diretamente impactada ao longo da área de abrangência socioeconômica, criando as condições para a superação das limitações e restrições ao exercício da pesca;
2. Identificar e viabilizar a realocação em novas atividades econômicas e produtivas, compatíveis com o modo de vida de pescadores e aquicultores impactados, sempre que a retomada da atividade de pesca não for possível, em razão dos efeitos causados pelo rompimento da barragem (119).

Objetivos específicos:

Além dos objetivos principais, o Programa possui objetivos específicos que norteiam o desenvolvimento de suas atividades:

1. Promover o estímulo ao consumo do pescado com segurança;
2. Recompôr infraestrutura produtiva dos pescadores impactados (117);
3. Promover a recuperação da pesca e aquicultura, bem como a retomada das condições de produção (117 e 122);
4. Oferecer assistência técnica aos impactados, cooperativas e associações, nos termos da PNATER (118);
5. Ofertar alternativas em outras atividades econômicas e produtivas, prestando assistência técnica nos termos do PNATER;
6. Desenvolver ações de retomada das iniciativas de Psicultura / Aquicultura que existiam antes do evento, bem como encontrar caminhos para instalação de novos

empreendimentos, tendo os (as) impactados (as) como protagonistas, com auto-suficiência e sustentabilidade;

7. Apoiar ações de fortalecimento das organizações sociais locais de pescadores e aquicultores.

Diretrizes:

1. Articular e promover junto as instituições públicas as condições necessárias para a retomada da atividade da pesca, em termos de qualidade ambiental e sanidade do pescado;

2. Promover campanha para estimular o retorno ao consumo;

3. Promover controle estatístico e censitário, em parceria com entes públicos e privados;

4. Fomentar a cadeia produtiva da pesca por meio do estabelecimento de parcerias locais entre os agentes público e privado;

5. Fortalecer institucionalmente as organizações representativas dos pescadores, por meio da mobilização, empoderamento das comunidades ligadas a pesca e suas lideranças;

6. Construir coletivamente alternativas de negócios sociais e atuação por meio de projetos de geração de trabalho e renda, levando em consideração o modo de vida das comunidades;

7. Articular o oferecimento de assistência técnica aos pescadores e aquicultores em conformidade com as orientações contidas na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER);

8. Articular com outros programas da Fundação Renova, capacitação para realocação em nova atividade econômica ou produtiva.

Requisitos:

1. O desenvolvimento das atividades do Programa deve observar o contido na legislação sobre a Pesca como se segue abaixo, bem como demais normativos, manuais e regimentos oficiais que estejam relacionados conforme às especificidades das ações:

2. Leis e Decretos:

- Decreto-Lei nº 2.467 de 01 de setembro de 1988, que altera o Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca, e dá outras providências.

- Lei Federal nº 11.959 de 29 de junho de 2009 que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, bem como suas congêneres estaduais que regulam as atividades de pesca e aquicultura nos estados e Minas Gerais e do Espírito Santo;

- DECRETO nº 4.895, de 25 de novembro de 2003 -Dispõe sobre a autorização de uso de espaços físicos de corpos d'água de domínio da União para fins de aquicultura, e dá outras providências.

- E demais diplomas legais específicos para atividade pesqueira e aquícola;

3. O retorno da atividade pesqueira deverá estar baseado em uma concepção de manejo sustentável dos recursos e fortalecimento da organização social do público impactado. Construir e/ou recompor unidades de processamento, beneficiamento e estocagem de pescado, assim como os *petrechos, equipamentos e embarcações* de pesca que tenham sido impactados;

4. Prestar assistência técnica aos pescadores e aquicultores pelo período de 24 meses conforme diretrizes expressas no TTAC;

5. Viabilizar alternativas de trabalho e renda aos pescadores no âmbito de suas atividades ou fora dela quando houver a impossibilidade de retomar a atividade pesqueira; Acompanhar e subsidiar as deliberações a serem adotadas no âmbito do Programa de Indenização Mediada no que concerne aos pescadores e aquicultores;

6. Estimular o consumo e a comercialização do pescado, criando estratégias de mercado, comunicando a sociedade e as demais instâncias e partes interessadas;

7. Auxiliar na formalização/regularização dos pescadores para fortalecimento e valorização da pesca regional.

Premissas:

1. A cultura do pescador artesanal possui relevância a ser considerada no desenvolvimento do programa, e seu modo de vida está baseado na atividade extrativista, podendo os pescadores apresentar resistência a proposições que não possuam convergência com essa condição;

2. Será necessário a adoção de processo de engajamento junto as comunidades com o objetivo de mobilizar para construção e qualificação das atividades produtivas quando houver possibilidade de continuidade, e, em caso de não continuidade, para transição para outras atividades produtivas;
3. Deve-se considerar o cenário anterior ao impacto ambiental, onde dados apontam que boa parte dos municípios ao longo do Rio Doce não tratavam o seu esgotamento sanitário de forma eficiente, produzindo e lançando um grande volume de esgoto e outros efluentes não tratado diretamente no rio;
4. Os cenários da atividade de pesca são distintos quando observado que as condições pesqueiras podem ser categorizadas em pesca de rio, estuário e marinha.

Restrições:

1. Considera-se que a superação das restrições legais e limitações estruturais, impostas ao pleno exercício da atividade de pesca, consiste em objetivo fundamental como forma de possibilitar o cumprimento das cláusulas do TTAC;
2. O programa está restrito a atuar dentro da área de abrangência de acordo com o TTAC, que delimita a área de atuação somente nas localidades e comunidades adjacentes à Calha do Rio Doce, Rio do Carmo, Rio Gualaxo do Norte e Córrego Santarém, além das áreas estuarinas, costeira e marinha impactadas descritas nas deliberações 58, 93 e 141;
3. Para seu desenvolvimento, o programa necessitará de informações e estudos relacionados ao cadastro integrado, à conservação da biodiversidade, qualidade do pescado, monitoramento da Bacia do Rio Doce, estatística e censo pesqueiro, qualidade dos recursos hídricos, mapeamento da cadeia produtiva da pesca, aquicultura e pesca esportiva em toda a região afetada;
4. Encontra-se em vigor a Portaria nº40, de 11 de maio de 2017, do Instituto Estadual de Florestas/IEF-MG que impõe medidas legais de proibição ao exercício da pesca, na parte mineira do Rio Doce no que tange a espécies autóctones, todavia mantendo liberada exclusivamente a pesca e captura de espécies exóticas, híbridas e alóctones;
5. Encontra-se em vigor a decisão da Justiça do Estado do Espírito Santo, sob processo nº0002571-13.2016.4.02.5004 de 17 de fevereiro de 2016, que impõe a proibição ao exercício da pesca na região marinha entre Barra do Riacho e Degredo para a isóбата

de até 25 metros, posteriormente readequada para o limite de proibição/interdição da pesca para 20 (vinte) metros de profundidade, de modo que o provimento jurisdicional antecipado, contido no item III.a do dispositivo da decisão de fls. 1.001/1.021 (Fls. 1298), de 25 de maio de 2016-Decisão da Justiça Federal do Espírito Santo - Identificação da área atingida pela pluma de rejeitos da Samarco e das principais comunidades pesqueiras existentes na mesma -Nota Técnica nº 3/2017/ Vitoria ES/TAMAR/DIBIO/ICMBio;

6. Encontra-se em vigor a Resolução nº989, de 15 de abril de 2016, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária/ANVISA-Governo Federal, que impõe medidas legais de proibição do armazenamento, da distribuição e da comercialização de pescado oriundo da atividade pesqueira desenvolvida no mar da região marítima compreendida entre Barra do Riacho (Aracruz/ES) e Degredo/Ipiranguinha (Linhares/ES) dentro da isóbata de 20 metros.

4.3 Ações realizadas e em andamento

Ações realizadas

1. Reuniões com lideranças e comunidades pesqueiras para apresentação preliminar do programa, perfazendo cerca de 50 reuniões nos municípios da área de abrangência do TTAC, tendo um público total de mais de 1000 pessoas;
2. Suporte técnico as reuniões do programa de indenização mediada junto à comunidade para o desenho de soluções e políticas de atendimento ao segmento da pesca
3. Visitas técnicas à projetos em execução na região para conhecimento de iniciativas e experiências que possam subsidiar o programa;
4. Reuniões com parceiros potenciais como empresas e universidades, tanto da iniciativa privada quanto pública;
5. Realização dos Painéis Técnicos da Pesca em Minas Gerais e Espírito Santo. Os painéis tiveram os seguintes objetivos: conhecer e debater as experiências, ações e resultados das mais diversas instituições que atuam, direta ou indiretamente com o tema, criar um espaço de diálogo e oportunizar a construção coletiva de soluções para os desafios colocados referente ao tema, conhecer a percepção sobre os encaminhamentos tomados, estabelecendo relações entre a Fundação Renova e as

organizações que atuam no apoio a atividade pesqueira compartilhando informações técnicas produzidas;

6. Criação do Grupo do Trabalho da Pesca- Foi criado um grupo de trabalho interno, com reuniões periódicas, composto por representantes de programas cujas interfaces se apresentam por possuírem o tema da pesca em comum.

Ações em andamento

1. Definição e estruturação do programa;
2. Atuação nos projetos emergenciais das comunidades de Povoação e Regência;
3. Contratação, em fase final, de consultoria para elaboração de um Diagnóstico Complementar que oferecerá informações sobre a cadeia produtiva da pesca e aquicultura de forma a constituir informações que não podem ser obtidas junto ao cadastro integrado;
4. Interlocução com parceiros da iniciativa pública e privada;
5. Consolidação das informações já existentes (resultados do Programa de Cadastros e demais literaturas) para uma análise sistêmica dos dados, auxiliando na formulação da estratégia para definição do programa;
6. Interlocução com Programa de Cadastro para ajustar indicadores que aprimorem a categorização do público da pesca;
7. Interlocução com Programa de Cadastro e TI/ Georeferenciamento na construção da interface da ferramenta Gis com base de dados do Cadastro Integrado, para a pesca possibilitando a construção de mapas como ferramenta de planejamento do PG 16;
8. Reunião com TI/Cadastro com objetivo de ajustar indicadores, para aprimorar a categorização do público do Programa PG16;
9. Reuniões com pescadores com o intuito de conhecer suas necessidades, sugestões e determinações para construção conjunta de projetos que atendam seus anseios;
10. Levantamento de potencialidades e recursos existentes em cada município impactado, objetivando a implantação de projetos de aquicultura/piscicultura ou infraestruturas de apoio ao desenvolvimento, a pedido dos pescadores;
11. Atuação junto a instituições para realização de monitoramento da bacia hidrográfica com fins de estabelecer dados e informações sobre estatística e censo pesqueiro;

12. Em parceria com o programa de biodiversidade atuando junto aos órgãos reguladores sobre as restrições impostas ao consumo de pescado na região continental e litorânea de abrangência do Rio Doce.

4.1.1 Mobilização do conhecimento e identificação das soluções

Diversas ações foram realizadas anteriormente a atual etapa de definição do Programa de Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras que trouxeram importantes informações que subsidiaram todo entendimento e leitura de cenário para que o programa pudesse chegar aos atuais acordos e aceções. Nesse sentido, é importante um breve relato das principais reuniões ocorridas para conseguirmos ter a dimensão das relações estabelecidas e informações obtidas das comunidades e principais instituições relacionadas.

Dois momentos representativos do programa foram as duas edições do “Painel Técnico Sobre as Atividades Aquícolas e Pesqueiras”, realizadas em Belo Horizonte (MG) e Cariacica (ES). As duas edições tiveram um total de 85 participantes com grande importância na obtenção de informações através da presença da comunidade acadêmica, instituições governamentais, terceiro setor, entre outras. Como forma de se obter um resumo sistematizado dos encontros, destaca-se as informações do quadro abaixo:

	I EDIÇÃO MINAS GERAIS (19/01/2017)	II EDIÇÃO ESPIRITO SANTO (07/03/2017)
Objetivo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conhecer e debater as experiências, ações e resultados das mais diversas instituições que atuam, direta ou indiretamente com o tema. ▪ Criar um espaço de diálogo e oportunizar a construção coletiva de soluções para os desafios colocados referente ao tema. ▪ Conhecer a percepção sobre os encaminhamentos já tomados ▪ Coletar impressões/sugestões para o Termo de Referência para contratação de fornecedores com especialidade técnica e capacidade executiva para apoiar o Programa. ▪ Identificar possibilidades de sinergias entre as instituições e parcerias para soluções cooperativas e multissetoriais. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conhecer e debater as experiências, ações e resultados das mais diversas instituições que atuam, direta ou indiretamente com o tema. ▪ Criar um espaço de diálogo e oportunizar a construção coletiva de soluções para os desafios colocados referente ao tema. ▪ Conhecer a percepção sobre os encaminhamentos já tomados. ▪ Estreitar as relações entre a Fundação Renova e as organizações que atuam no apoio a atividade pesqueira. ▪ Compartilhar informações técnicas, produzidas até o momento.
Instituições participantes	Fundação Renova, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/MG), Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), Synergia Consultoria, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Secretaria do Estado de Agricultura, Companhia de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais (CODEMIG), Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura	Fundação Renova, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/ES), Secretaria do Estado de Meio Ambiente/ES, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Ministério da Pesca e Aquicultura, Projeto TAMAR, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), LABPeixe, Instituto Capixaba de Pesquisa,

	(FAO), Ministério da Pesca e Aquicultura e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).	Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER), Secretaria do Estado de Agricultura/ES.
Principais assuntos tratados	Mulheres na pesca; Cadeia produtiva; Infraestrutura Institucional; Licenciamento; Recuperação Ambiental; Mercado Informal; Políticas Públicas; Parcerias.	Sustentabilidade dos Projetos; Monitoramento; Alinhamento Conceitual; Retomada da Pesca; Participação Social; Integração dos Projetos.

Tabela 4: Resumo dos encontros

Para além dos Painéis Técnicos, no período entre 08/03/2017 e 21/06/2017, foram realizadas em torno de 23 reuniões de apresentação inicial do programa em diversas comunidades do estado de Minas Gerais e do Espírito Santo, tendo um público total de cerca de 701 participantes das colônias, associações e comunidade em geral. Os principais assuntos identificados nos encontros foram:

PRINCIPAIS ASSUNTOS TRATADOS	
Pesca como modo de vida	Dificuldades para a concepção de projetos coletivos com pescadores
Projetos de compensação das hidrelétricas	Proibição da pesca
Diálogo com a Fundação Renova	Passivos de projetos anteriores
Problemas para a comercialização do pescado	Idade avançada dos pescadores
Qualidade da água do Rio Doce	Repovoamento
Contaminação do pescado	Cooperativas de pescadores
Problemas de saúde pela contaminação da água e consumo do pescado	Mulheres pescadoras
Capacitação sobre piscicultura	Necessidade de escolha de representantes para a discussão com a Fundação Renova
Arsenal de alevinos	Depressão e doenças mentais dos pescadores após o evento
Retorno da apresentação do programa após a indenização	Apresentação de projetos

Tabela 5: Principais assuntos tratados

Foram realizadas também diversas reuniões diretas com entidades públicas para engajamento, relacionamento, alinhamento e discussão de soluções como o INCAPER, EMATER, MAPA, prefeituras, Ministério Público, entre outros, onde os principais assuntos versaram acerca de indenizações, convênios, assessoria técnica, RGP e projetos para as comunidades.

Em continuidade, outra ação de considerável esforço dentro do programa está relacionada ao atendimento aos "Projetos da Foz". Esses projetos se resumem aos compromissos da Fundação Renova na implantação de projetos de curto prazo nas comunidades da Foz do Rio Doce, com investimento em infraestrutura, geração de emprego e renda, fomento do turismo e da qualidade de vida. Esses projetos foram concebidos através de demanda das comunidades e estão sendo tratados de forma integrada entre os programas relacionados, incluindo o Programam de Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras.

O Programa também utilizará informações de estudos que subsidiará as ações de retomada das atividades pesqueiras como se segue:

Tema	Título do Estudo	Descrição resumida do escopo
Monitoramento da Foz e zona costeira	Qualidade da Água e do Sedimento na Zona Costeira Próxima à Foz do Rio Doce e na APA Costa das Algas	Avaliação e descrição das condições mais recentes da qualidade de água e sedimentos na zona costeira e região próxima à foz do rio Doce, incluindo a APA Costa das Algas, com base no banco de dados do programa de monitoramento realizado pela Fundação Renova.
Monitoramento da Foz e zona costeira	Avaliação da qualidade da água e do sedimento nas lagoas Nova e do Monsarás	Análises físico-químicas e biológicas do monitoramento da Lagoa Nova e da Lagoa Monsarás.
Monitoramento da Foz e zona costeira	Monitoramento hidrográfico na Plataforma adjacente à Foz do Rio Doce, nas proximidades de Regência, ES	Apresenta resultados das campanhas oceanográficas realizadas na plataforma continental ao largo da desembocadura do Rio Doce no período de 22/12/15 até 02/02/16, tendo como objetivo rastrear a dispersão da pluma de sedimentos do Rio Doce.
Monitoramento da Foz e zona costeira	Níveis de arsênio, zinco e selênio na zona costeira próxima à foz do Rio Doce	Memorando que revisa os dados de qualidade de água e sedimento coletados desde a realização de Golder (2016).
Monitoramento Hídrico	Avaliação dos Resultados de Qualidade de Água e Sedimento do Rio Doce	Apresenta uma avaliação das condições de qualidade de água e sedimento ao longo do rio Doce e em seus tributários

Tema	Título do Estudo	Descrição resumida do escopo
Monitoramento Hídrico	Relatório Técnico do Conhecimento do Comportamento do Cádmiio na Bacia do Rio Doce (Cd)	Relatório técnico que apresenta informações sobre o comportamento do cádmio (Cd) na bacia do rio Doce, identificando fontes potenciais de emissão do metal, níveis históricos em água, sedimentos e biota e riscos ambientais associados, limites legais – no ambiente e para consumo, entre outras informações.
Monitoramento Hídrico	Análises estatísticas dos dados físico-químico do monitoramento da Samarco em três pontos do Rio Doce: Baixo Guandu, Colatina e Linhares, no Espírito Santo	Resultados das análises estatísticas dos dados físico-químicos do monitoramento da Samarco, realizado entre 17/11/15 e 26/01/16, nos três pontos do rio Doce, Baixo Guandu, Colatina e Linhares-ES.
Diagnóstico Monitoramento Anterior Rompimento	Diagnóstico da Qualidade da Água e Sedimentos dos Trechos da Bacia do Rio Doce e Zona Costeira Afetados pelo Rompimento da Barragem de Fundão - Condições Anteriores ao Rompimento	O estudo apresentou um diagnóstico da qualidade de água e sedimentos em condições anteriores ao rompimento da barragem de Fundão nos sistemas fluvial e marinho atingidos pelo evento
Monitoramento Ictiofauna	Monitoramento da Ictiofauna na região marinha adjacente à foz do rio Doce, Linhares/ES	Monitoramento e avaliação do impacto na comunidade biológica marinha ocasionada pela pluma de turbidez, decorrente do rompimento da barragem de Fundão e seus efeitos na plataforma continental.

Tema	Título do Estudo	Descrição resumida do escopo
Monitoramento de Bioacumulação	Monitoramento de Bioacumulação (Ictiofauna, Carcinofauna e Malacofauna) por Metais, na Região Marinha Adjacente à Foz do Rio Doce e sob Possível Influência da Lama de Rejeitos Oriunda do Rompimento da Barragem de Fundão.	Análise preliminar do Monitoramento da Bioacumulação de elementos traço, em peixes, camarões e ostras, presentes na região adjacente à foz do rio Doce, abrangendo os municípios de Linhares, São Mateus e Aracruz-ES, ao longo de 2 meses (8 semanas).
Bioacumulação	Análise de Bioacumulação de metais em tecido de molusco	Resultados da análise de bioacumulação de metais em tecido de moluscos bivalves da espécie <i>Corbicula sp.</i> , coletados no rio Doce antes da passagem da pluma.
Bioacumulação de Arsênio	Levantamento de dados de arsênio em tecido de peixes e moluscos	Levantamento bibliográfico das informações relacionadas à bioacumulação de arsênio e tecidos de moluscos e peixes na região costeira do Espírito Santo, gerados anteriormente a chegada da pluma.
Monitoramento de Ictiofauna	1º Relatório Trimestral do Monitoramento da Ictiofauna na região marinha adjacente à foz do rio Doce, Linhares/ES	Monitoramento da ictiofauna, carcinofauna e ictioplâncton na região marinha adjacente à foz do rio Doce, no município de Linhares/ES, referente aos resultados das campanhas mensais de abril, maio e junho do corrente ano, em atendimento à Notificação IBAMA Nº 678309-E.

Tema	Título do Estudo	Descrição resumida do escopo
Impacto na comunidade bentônica	Análise Estatística dos Dados do Programa de Monitoramento da Comunidade do Zoobentos do Rio Doce	Consolidação e análise dos dados do Programa de Monitoramento da Comunidade do Zoobentos do Rio Doce, correlacionando as informações obtidas no período pós-acidente com dados pretéritos obtidos em trabalhos de pesquisa, afim de se estabelecer um nível de background pré-impacto e um nível de afetação pós-impacto.
Qualidade de água / Impacto marinho	Levantamentos de Dados de Turbidez, Fitoplâncton e Qualidade de Água entre Abrolhos e Vitória	Resultados do levantamento da qualidade d'água do mar realizado entre a região de Abrolhos, na Bahia, e Vitória, no Espírito Santo, entre os dias 19 e 25/01/2016.
Impacto nos manguezais	Definição de níveis de referência e avaliação de potenciais impactos sobre os manguezais próximos à foz do Rio Doce	Estudo de compreensão e avaliação dos vetores de impacto potenciais que o rompimento da barragem pode ter causado aos manguezais sob influência da pluma de sedimentos da foz do rio Doce e a definição de níveis de referência (pré-rompimento) para este ecossistema, de forma a permitir comparações futuras caso evidências de impacto venham a ser detectadas.

Tema	Título do Estudo	Descrição resumida do escopo
Dados e Informações ambientais e produtivas de Sub-bacias da Bacia Hidrográfica do Rio Doce	Zoneamento Ambiental e Produtivo da Bacia Hidrográfica do Rio Gualaxo do Norte	Levantamento do Uso e Ocupação do Solo, Diagnóstico da Disponibilidade Hídrica da Bacia e Caracterização das Unidades de Paisagem Solução proposta: Disponibilização de base de dados e informações para subsídio à formulação, à implantação e ao monitoramento de planos, programas, projetos e ações, que busque o aprimoramento do planejamento e da gestão ambiental por territórios
Dados e Informações ambientais e produtivas de Sub-bacias da Bacia Hidrográfica do Rio Doce	Zoneamento Ambiental e Produtivo da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (trecho)	Levantamento do Uso e Ocupação do Solo, Diagnóstico da Disponibilidade Hídrica da Bacia e Caracterização das Unidades de Paisagem Solução proposta: Disponibilização de base de dados e informações para subsídio à formulação, à implantação e ao monitoramento de planos, programas, projetos e ações, que busque o aprimoramento do planejamento e da gestão ambiental por territórios

Tema	Título do Estudo	Descrição resumida do escopo
Dados e Informações ambientais, sociais e econômicas das propriedades	Indicadores de Sustentabilidade Agroecossistemas (ISA)	Diagnóstico contendo 21 indicadores sociais, ambientais e econômicos das propriedades rurais que apresentaram deposição de rejeito no Território 1. Solução proposta: Disponibilização de relatório de análise regional dos dados gerados para subsídio à formulação, à implantação e ao monitoramento de planos, programas, projetos e ações, que busque o aprimoramento do planejamento e da gestão ambiental por territórios
Captações Alternativas	Estudos de capacidade de mananciais superficiais e subterrâneos, visando a construção de sistemas alternativos de abastecimento de água	Identificação de mananciais alternativos para abastecimento público das localidades citadas na cláusula 171 do TTAC; Elaborar estudo em nível conceitual de alternativas técnicas de exploração dos mananciais para fins de comparação e seleção; e Elaborar especificação técnica para os estudos subsequentes

Tabela 6: Resumo dos estudos e ações

Por fim, mais uma ação importante de relacionar é a interface com projetos relacionados já existentes no território e em outras regiões, levantamento de experiências e futuras parcerias, como é o caso do projeto de criação de tilápias em Tanque-Rede da Associação de Pescadores e Amigos do Rio Doce – APARD; criação e beneficiamento de tilápia da Associação de Piscicultores do Guaxe – APIGUA; Projeto piloto de Aquapônia da empresa Aquaponica; entre outros.

Considerando o processo de mobilização estabelecido até aqui, o Programa de Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras, identificou soluções que se baseiam em quatro eixos, a saber: a) superação das limitações e restrições ao exercício da pesca e atividades aquícolas; b) estímulo ao consumo do pescado; c) estruturação produtiva e d) alternativas e melhorias de produção.

O primeiro eixo trata da superação das limitações e restrições ao exercício da pesca e atividades aquícolas, cuja estratégia principal é a articulação com outros Programas da Fundação que subsidiarão, o referido programa, com estudos que permitam conhecer as condições ambientais, a sanidade do pescado e estoques pesqueiros adequados à retomada da pesca. Para tanto, além de diálogos bilaterais e reuniões de trabalho, realizou-se um Workshop, cujo objetivo foi o alinhamento sobre as ações da retomada da pesca, bem como definir as ações necessárias que cada programa deve desenvolver para que o objetivo seja alcançado, dentro de uma abordagem de integração de programas. Além da articulação interna com outros Programas, esse eixo trata das articulações externas com órgãos responsáveis pela liberação da atividade da pesca, em âmbito Federal, Estadual e Municipal. Entre esses, a ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, possui maior relevância por se tratar de órgão regulamentador no que se refere a que tomada de decisão para a liberação da atividade pesqueira. Nesse contexto é fundamental o envolvimento desse órgão no acompanhamento dos estudos supracitados, conferindo às ações processo de transparência e legitimidade.

Esse eixo, se constitui como fundamental para o cumprimento dos objetivos do programa, uma vez que a superação das restrições e limitações à atividade pesqueira representa o restabelecimento sociocultural do público impactado, sobretudo daqueles que tem a pesca como modo de vida.

O segundo eixo trata do estímulo ao consumo, uma vez que atividade pesqueira foi retomada é necessário delinear estratégias de comunicação e engajamento para estímulo ao consumo do pescado junto aos impactados e aos diferentes segmentos de consumidores, além disso é importante definir estratégias de abertura e/ou consolidação de mercados.

Outro eixo do Programa é o de estruturação produtiva, que objetiva reestruturar sistemas produtivos em relação ao armazenamento, beneficiamento e comercialização da produção, por meio da disponibilização de equipamentos e capacitação dos pescadores, estimulando atividades coletivas. Esse eixo dará suporte a cadeia produtiva da pesca, contribuindo com o ordenamento da atividade na região impactada, contribuindo com o desenvolvimento local e regional.

Por fim, o Programa promoverá alternativas produtivas para a inserção dos pescadores em atividades coerentes com a sua experiência e interesse e em diálogo com esse público.

4.1.2 Histórico de engajamento dos stakeholders

Na tabela abaixo estão descritas as ações de engajamento que foram executadas para construção da solução para este programa.

STAKEHOLDERS	HISTÓRICO DE ENGAJAMENTO
<p>Colônia Z19 em Governador Valadares, Colônia Z-07 em Barra do Riacho, Colônia Z-12 em Baixo Guandu, Colônia Z-06 em Linhares</p>	<p>Reunião inicial com o objetivo de apresentar o Programa de Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras para os representantes das colônias de pescadores localizadas ao longo da calha do Rio Doce e foz, bem como estabelecer um canal de escuta, criar uma relação de respeito com a instituição representativa dos pescadores nos municípios e comunidades impactadas, além de instituir um canal de diálogo com as Colônias</p>
<p>Associação dos Pescadores de Rio Casca – ASPEC, Associação de Pescadores Amadores de Pingo D’água (ASPASP), Associação dos Pescadores de Conselheiro Pena – ASPEC, Associação de Pescadores “Lorena Renovada”; Associação de Pescadores da Barra do Manhuaçu ACOBAMA; Associação dos Pescadores Amadores do Rio Doce de Aimorés –APARDA, Associação dos Pescadores e Trabalhadores de Aimorés-APETRA, Associação de Pescadores AP Vida, Associação de Pescadores Renovo do Vale, Associação de Pescadores de Regência “Pescador Sabino Bispo de Oliveira” (ASPER), Associação de Pescadores e Assemelhados de Povoação – APAP; Associação dos Pescadores Profissionais e Amadores do Médio Rio Doce; Associação de Pescadores de Itueta;, APERDOCE; Associação de Pescadores Renovo do Vale do Baixo Guandu; Associação de Pescadores Vida Nova – Colatina;</p>	<p>Reunião inicial com o objetivo de apresentar o Programa de Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras para os representantes das associações de pescadores e seus associados, localizadas ao longo da calha do Rio Doce e foz, bem como estabelecer uma relação de escuta e respeito criando um canal de diálogo com as associações e pescadores dos municípios e comunidades afetadas pelo rompimento da barragem de Fundão.</p>

Associação de Pescadores Barra Riacho. Pescadores de São Lourenço (Bugre) e de Ipaba do Paraíso (Santana do Paraíso).	
Ministério Público Federal de Linhares- Procuradoria da República no Município de Linhares	Audiência cuja pauta versou sobre a indenização aos pescadores tradicionais impactados pela proibição da pesca na Foz do Rio Doce em razão do rompimento da Barragem de Fundão (MG). O Programa se colocou à disposição para suporte à construção da precificação da renda do pescador
Prefeitura de Rio Casca	Reunião com a secretaria de meio ambiente de Rio Casca para apresentação do programa e construção de soluções alternativas para os pescadores, cuja demanda é a criação de peixes na Lagoa Grande.
Associação de moradores de Itueta	Reunião para apresentação do Programa aos representantes dos moradores de Itueta, que se nomearam interlocutores de alguns pescadores. Estabelecimento de relações de escuta, de diálogo e de respeito com as comunidades impactadas
Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca (Governo Federal)	Reuniões de alinhamento com órgão para articulação das parcerias e estabelecimento de ações conjuntas e coleta de coleta de informações oficiais
Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca (Governo Federal), Epamig, Emater, IEF, IEMA	1º Painel Técnico em Minas Gerais – conhecer e debater as experiências, ações e resultados das mais diversas instituições que atuam direta ou indiretamente com o tema da pesca 2º Painel Técnico no Espírito Santo - conhecer e debater as experiências, ações e resultados das mais diversas instituições que atuam direta ou indiretamente com o tema da pesca, assim como, criar um espaço de diálogo e oportunizar a construção coletiva de soluções para os desafios colocados referente ao tema, conhecer a percepção sobre os encaminhamentos já tomados, estreitar as relações entre a Fundação Renova e as organizações que atuam no apoio a atividade pesqueira compartilhando informações técnicas produzidas.
Comitê Gestor de Desenvolvimento da Pesca do Espírito Santo (SEAG/ES; INCAPER; IDAF/ES; IEMA/ES; AMUNES; SAP/MDIC; ICMbio;	Reuniões executivas como o intuito de abordar e tratar temas relacionados ao Fundo Estadual de Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura; Plano Estadual de Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura e a Nova composição do Comitê

UFES; IFES – Piúma; Colônias e Associação de Pescadores)	
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, Campus de São Mateus	Reunião com a equipe de professores do Escritório de Projetos da Rede Rio Doce Mar, com o objetivo de tratar de assuntos relacionados aos Projetos e publicações da UFES, Projetos da Rede Rio Doce Mar e Estatística Pesqueira e Monitoramento de Pesca
Câmara Técnica de Conservação e Biodiversidade - CTBio (IBAMA; ICMBio; IEMA/ES; IEF/ES; UFES; Consultores e especialistas da área de contaminação e toxicologia)	Reunião para apresentação dos estudos sobre toxicidade encontradas em pescados; Estudos de monitoramento da ictiofauna do Rio Doce; Estudos da contaminação do pescado do Rio Doce; Resultados das análises e laudos; Métodos e metodologias adotadas para coleta, armazenamento e processamento de amostra para verificação de contaminação
SAP/MDIC e Secretaria de Governo /Presidência Republica / Coordenação de Lideranças e Movimento do Campo e da Terra	Cruzamentos dos dados dos impactados com os Pescadores com RGP regulares; Regularização dos pescadores comerciais sem documentos regulares; Pescadores comerciais com solicitação de licença de pesca (Protocolos); Recadastramento dos Pescadores; Pescadores Amadores; Aquicultores.
Universidade do Vale do Rio Doce UNIVALE	Reunião com o intuito de apresentar projetos e propostas de parceria no que diz respeito à reprodução de espécies nativas do Rio Doce, ameaçadas de extinção, utilizando a técnica de barriga de aluguel, criação de peixe em cativeiro, educação ambiental, além do interesse em desenvolver projetos pilotos nos municípios de Galiléia, Tumiritinga, Conselheiro Pena e Governador Valadares.

Tabela 7: Histórico de engajamento dos stakeholders.

4.1.3 Solução Construída

Para atender aos objetivos do Programa, a solução proposta consiste em dois eixos, que envolve ações para a superação das limitações e restrições ao exercício da pesca para a completa retomada dessa atividade, bem como a viabilização para realocação em novas atividades econômicas e produtivas, compatíveis com o modo de vida de pescadores e aquicultores impactados. Para tanto, as seguintes ações serão desenvolvidas pelos seguintes eixos:

Eixo - Retomada da pesca e estruturação produtiva:

- Ação conjunta com Programa de Conservação da Biodiversidade (PG028) e Programa de Monitoramento da Bacia do Rio Doce (PG038) na realização de estudos que demonstrem que a sanidade do pescado e a qualidade da água estão adequados para o consumo e utilização;
- Ações para recomposição de estoques pesqueiros – desenvolvimento de projetos em parceria com Universidades sobre censo e estoques pesqueiros;
- Avaliar possíveis ajustes aos estudos em andamento;
- Articulação para a liberação da pesca junto aos órgãos responsáveis: ANVISA, IBAMA, ICMBio, IEF e IEMA
- Articulação com órgãos de vigilância alimentar estadual e municipais, para atestar as condições sanitárias do pescado para o consumo;
- Definir estratégias de comunicação e engajamento para o consumo do pescado (elaboração de campanhas, material informativo);
- Inserção de pescadores no processo de recuperação ambiental local, até o reestabelecimento das atividades de pesca (interface com Programa de educação ambiental);
- Promover a regularização e formalização dos pescadores (RGP, notas de produtor, registros de embarcações, Arais) junto ao poder público, como forma de planejamento da retomada das atividades pesqueiras;
- Elaboração de edital para prestar Assistência Técnica, conforme a PNATER;
- Viabilizar junto ao Programa de Micro e Pequenos Negócios linhas de crédito para a melhoria da atividade pesqueira;

- Estruturar sistemas produtivos em relação ao armazenamento, beneficiamento e comercialização da produção, por meio da disponibilização de equipamentos e capacitação dos pescadores, estimulando atividades coletivas;
- Fornecer capacitação para o processo de organização social das comunidades, como base para fortalecimento da cadeia produtiva da pesca.

Eixo – Alternativas de produção

- Realizar estudo de demanda de mercado a partir das atividades de interesse citadas no Cadastro Integrado;
- Implementação dos projetos de Aquapônia na Foz do Rio Doce, em Regência e Povoação, Areal e Entre Rios: ações já em andamento com concretização prevista para o próximo semestre;
- Implementar projetos alternativos a partir do diálogo com os grupos interessados em função do perfil socioeconômico;
- Implementar projetos que permitam a absorção da mão de obra nas atividades mais citadas, capacitando os grupos para o exercício das atividades de interesse, contribuindo com o desenvolvimento local;
- Promover alternativas de inserção dos pescadores em atividades coerentes com a sua experiência e interesse;
- Desenvolver ações de retomada das iniciativas de Piscicultura / Aquicultura que existiam antes do evento, bem como encontrar caminhos para instalação de novos empreendimentos, tendo os (as) impactados (as) como protagonistas, com autossuficiência e sustentabilidade.

4.1.4 Estratégia de engajamento dos stakeholders para execução

STAKEHOLDERS	ESTRATÉGIA DE ENGAJAMENTO	RESULTADO ESPERADO
Comitê Interfederativo - CIF	Informar	Manter o CIF informado das ações realizadas e planejadas, dificuldades e desafios, entregas importantes e conquistas.
Comitê Gestor de Desenvolvimento da Pesca - ES	Informar, Monitorar e relacionar.	Informar sempre que for solicitado, monitorar as questões importantes e manter uma relação transparente e próxima com as Câmaras técnicas e comitês
Comitê Gestor de Aquicultura - ES	Informar, Monitorar e relacionar.	Informar sempre que for solicitado, monitorar as questões importantes e manter uma relação transparente e próxima com as Câmaras técnicas e comitês
Câmara Técnica Setorial da Pesca Profissional Artesanal - MG	Informar, Monitorar e relacionar.	Informar sempre que for solicitado, monitorar as questões importantes e manter uma relação transparente e próxima com as Câmaras técnicas e comitês
Presidentes de Associações de Pescadores	Relacionar, Engajar e estabelecer parceria.	Manter o relacionamento com as instituições, objetivando a construção integrada de projetos e alternativas de geração de trabalho e renda
Colônias de pescadores Z6 (Linhares-ES), Z7 (Barra do Riacho-ES), Z12 (Baixo	Monitorar, Engajar e estabelecer parceria.	Monitorar as intervenções e estratégias das colônias, objetivando a aproximação quando possível e o

Guandu-ES), Z 19 (Governador Valadares-MG)		monitoramento quando não for possível a aproximação
Órgãos ambientais governamentais e não governamentais nas esferas federal, estadual, municipal	Monitorar e Relacionar, Engajar e Estabelecer parceria.	Monitorar as deliberações e informar sempre que for solicitado, objetivando uma relação transparente e atuante
Universidades e Academias	Relacionar, Engajar e estabelecer parceria	Desenvolver parceria em projetos, pesquisas e assistência técnica
EMBRAPA	Relacionar, Engajar e estabelecer parceria	Desenvolver parceria em projetos, pesquisas e assistência técnica
EMATER	Relacionar, Engajar e estabelecer parceria	Desenvolver parceria em projetos, pesquisas e assistência técnica
SEBRAE	Relacionar, Engajar e estabelecer parceria	Desenvolver parceria em projetos, capacitações e assistência técnica
Empresários locais	Relacionar e estabelecer parceria	Desenvolver parceria em projetos de aquicultura/piscicultura e no fomento da cadeia produtiva da pesca

Tabela 8: Estratégia do engajamento para execução

4.1.5 Interface com outros Programas

Programa	Descrição da interface	Ações de Encaminhamento
PG001 – Programa de Cadastro dos Impactados	Fonte e retroalimentação das informações para análise das questões sociais pertinentes ao público de atuação	Consolidação dos dados da segunda campanha do cadastro para utilização pelo programa e Grupo de Trabalho da Pesca
PG05 – Programa de Proteção Social	Através das informações coletadas em campo, o PG016 poderá dar subsídio para a atuação do PG05 no território em casos de vulnerabilidade social.	Acionar o PG05 nos casos identificados de vulnerabilidade social.
PG06 – Programa de Diálogo Social	Parceria, integração e alinhamento para as reuniões em comunidades.	Reuniões de integração dos programas
PG12 - Memória Histórica, Cultural e Artística.	Parceira para o fortalecimento das identidades culturais, apoio a festejos e tradições	Reuniões de integração dos programas
PG013 – Programa de Turismo, cultura, esporte e lazer	Parceria na concepção de projetos, que possam incluir pescadores relacionados à temática do programa. Além disso, o Programa de Retomada das Atividades de pesca e Aquicultura deverá absorver as ações relacionadas a Pesca Esportiva mencionadas nos itens 103H e 104F – Implementação de Ações de Desenvolvimento e Recuperação da Pesca Esportiva/Amadora para a bacia hidrográfica, inicialmente previstos no TTAC para o Programa de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer.	Formulação de projetos de alternativas de negócios coletivos sociais.
PG14 - Saúde Física e Mental da	Interface com as ações que subsidiarão os	Formulação de processos de alternativas para o consumo do pescado

População Impactada	monitoramentos referente a segurança alimentar e saúde física e mental.	e remediação dos impactos físicos e mentais.
PG017 – Programa de Retomada das Atividades Agropecuárias	Integração e alinhamento para concepção conjunta dos convênios de assistência técnica, utilização do PNATER	Reuniões de integração dos programas e integração dos escopos de convênios referentes à assistência técnica
PG018 – Programa de Economia Regional	Integração e Alinhamento para busca de soluções integradas	Reuniões de integração dos programas
PG019 – Programa de Micro e Pequenos Negócios	O programa poderá auxiliar na oferta de oportunidades no território em casos de inserção dos pescadores em pequenos negócios. Além disso, o programa de micro e pequenos negócios deverá absorver o atendimento ao público dos areeiros, inicialmente previstos no TTAC para o Programa de Retomada da Pesca.	Reuniões de integração dos programas
PG20 – Estímulo à Contratação Local.	Análise dos potenciais humanos ao longo do rio Doce para que possam integrar nas atividades desenvolvidas pelo programa.	Alinhamento entre os processos dos programas para as contratações.
PG021 – Programa de Auxílio Financeiro Emergencial	Alinhamento para atendimento ao público alvo	Reuniões de integração dos programas
PG028 – Programa de Conservação da Biodiversidade	Integração e alinhamento para busca de soluções integradas	Reuniões de integração dos programas e GT da pesca
PG035 – Programa de Informação para População	Alinhamento de todas as informações para busca de soluções integradas e transparentes na relação com o público alvo	Reuniões de integração dos programas

<p>PG038 – Programa de Monitoramento da Bacia do Rio Doce</p>	<p>Integração e Alinhamento de todas as informações sobre a recuperação da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e apresentar aos grupos de pescadores.</p>	<p>Reuniões de integração dos programas</p>
<p>PG028 – Programa Conservação da Biodiversidade</p>	<p>Os programas interagem na concepção de um Plano de Manejo Pesqueiro na região do Rio Doce.</p>	<p>Diagnóstico complementar sobre a atividade pesqueira Elaboração de um Plano de Manejo Pesqueiro Retomada da pesca</p>

Tabela 9: Interfaces com outros programas

4.1.6 Projetos e processos do programa

Os projetos e processos definidos para alcançar os objetivos do programa estão listados na tabela abaixo sendo descritos nos quadros seguintes.

ID	TÍTULO
PF8133	Processo de superação das limitações e restrições ao exercício da pesca e atividades aquícolas.
PF8134	Processo para o estímulo ao consumo do pescado
PF8135	Processo de estruturação produtiva
PF0271	Projetos de alternativas e melhoria de produção

Tabela 10: Relação de projetos e processos do programa.

PF8133 – Processo de superação das limitações e restrições ao exercício da pesca e atividades aquícolas

Objetivo

Alinhar e motivar as Instituições públicas quanto as condições favoráveis e propícias para a retomada da atividade da pesca sustentável em termos de qualidade ambiental e segurança sanidade do pescado extraído da região atingida;

Promover ações conjunta com Programa de Conservação da Biodiversidade (PG028) e Programa de Monitoramento da Bacia do Rio Doce (PG038); subsidiando as medidas de ordenamento pesqueiro sustentável; Fomentar ações para recuperação e posterior recomposição da biota aquática, conseqüentemente dos estoques pesqueiros;

Promover a inserção dos pescadores e dos impactados pela pesca no processo de recuperação ambiental local, até o reestabelecimento das atividades de pesca;

Articular a gestão integrada participativa dos recursos pesqueiros.

Requisitos, Premissas e Restrições

Restabelecer a atividade de pesca ao longo da área de abrangência, mediante ao restabelecimento legal do exercício da atividade de pesca de forma sustentável, visando a garantia sócio econômica dos pescadores, retomando o seu modo de vida.

Escopo do Processo

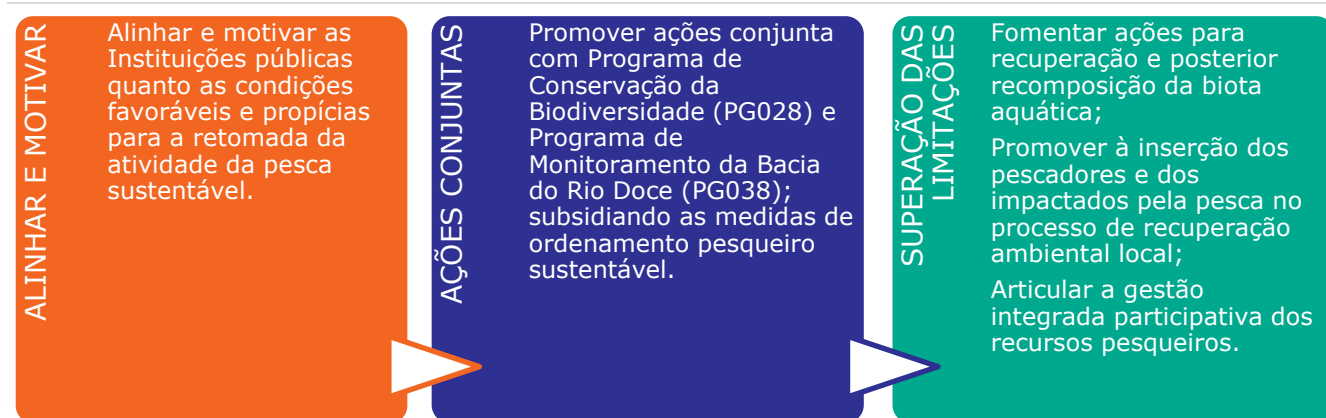
Articular ações e projetos que visem recuperar as condições ambientais fundamentais para a sustentabilidade das atividades de pesca e aquícolas;

Promover ações conjunta com demais programa visando a recuperação, a reparação e melhoria das qualidades ambientais da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e águas costeiras adjacentes a foz do Rio Doce;

Alinhar e estimular o conhecimento e reestabelecimento das limitações e restrições normativas para o exercício da pesca e das atividades aquícolas nas áreas abrangidas;

Incluir e empoderar os pescadores no processo de discussão e tomada de decisão, principalmente na Gestão Conjunta e Compartilhada dos Recursos Pesqueiros; § Promover Plano de Gestão Integrada dos Recurso Pesqueiros.

Processo



Orçamento do Processo

Pacote / Atividade	2016	2017	2018	2019	2020	2021-2020	TOTAL
Processo de Superação das Limitações e Restrições ao Exercício da Pesca e Atividades Aquícolas			1,497				1,497
Total			1,497				1,497

Quadro 1: Detalhamento do de superação das limitações e restrições ao exercício da pesca e atividades aquícolas.

PF8134– Processo para Estímulo ao Consumo do Pescado

Objetivo

Recuperar a confiança do consumo do pescado extraído ao longo da área de abrangência, mediante ao restabelecimento legal do exercício da atividade de pesca de forma ordenada e sustentável, além da garantia e certificação da qualidade do pescado.

Apoio as estratégias de comunicação e engajamento para estímulo ao consumo do pescado junto aos impactados e aos diferentes segmentos de consumidores;

Definição de estratégias de abertura e/ou consolidação de mercados.

Requisitos, Premissas e Restrições

Promover estratégias de certificação da qualidade do pescado, mediante engajamento para o estímulo do consumo do pescado junto aos diferentes segmentos de consumidores; além de estratégias de abertura e/ou consolidação de novos mercados

Escopo do Processo

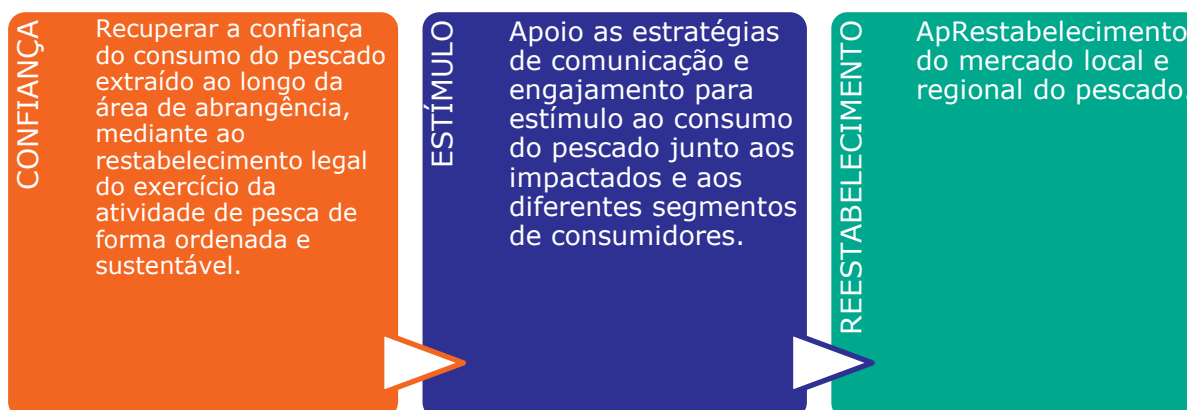
Articular e promover ações que certifiquem a qualidade do pescado da área abrangida;

Publicitar a qualidade do pescado da região abrangida (Campanhas de: Comunicação, Informação, esclarecimento e Publicidades);

Estimular o consumo do pescado, extraído de forma responsável e sustentável (Semana do Peixe, Peixe na Mesa);

Restabelecimento do mercado local e regional do pescado.

Processo



Orçamento do Processo

Pacote / Atividade	2016	2017	2018	2019	2020	2021-2020	TOTAL
Processo para Estímulo ao Consumo do Pescado			2,496	5,185	0,093	0,094	7,868
Total			2,496	5,185	0,093	0,094	7,868

Quadro 1: Detalhamento do Processo para Estímulo ao Consumo do Pescado.

PF8135– Processo de Estruturação Produtiva

Objetivo

Reestabelecer e melhorar as cadeias produtivas da pesca e da aquicultura, mediante plano integrado de gestão dos recursos naturais.

Articulação com o poder público para regularização de pescadores (RGP): como forma de planejamento da retomada das atividades pesqueiras; (29,39% sem registro de pesca);

Apoiar a viabilização de linhas de créditos para a melhoria da atividade (interface com o programa de micro e pequenos negócios);

Assistência técnica e extensão rural aos moldes da PNATER;

Apoio ao ordenamento pesqueiro

Apoiar processos de armazenamento, beneficiamento e comercialização, estimulando as ações coletivas;

Apoiar o processo de organização social das comunidades, como base para fortalecimento da cadeia produtiva da pesca.

Requisitos, Premissas e Restrições

Reestruturar e melhorar as cadeias produtivas existentes, com apoio ações de regularização e inclusão dos pescadores, além de estímulo aos processos produtivos sócio econômicos responsáveis e sustentáveis.

Escopo do Processo

Articulação com o poder público para regularização de pescadores no extrativismo como forma de planejamento e ordenamento da retomada das atividades pesqueiras; (29,39% sem registro de pesca);

Articular e viabilizar a formalização e regularização dos pescadores nas etapas de extrativismo, de transporte, e de comercio do pescado fresco;

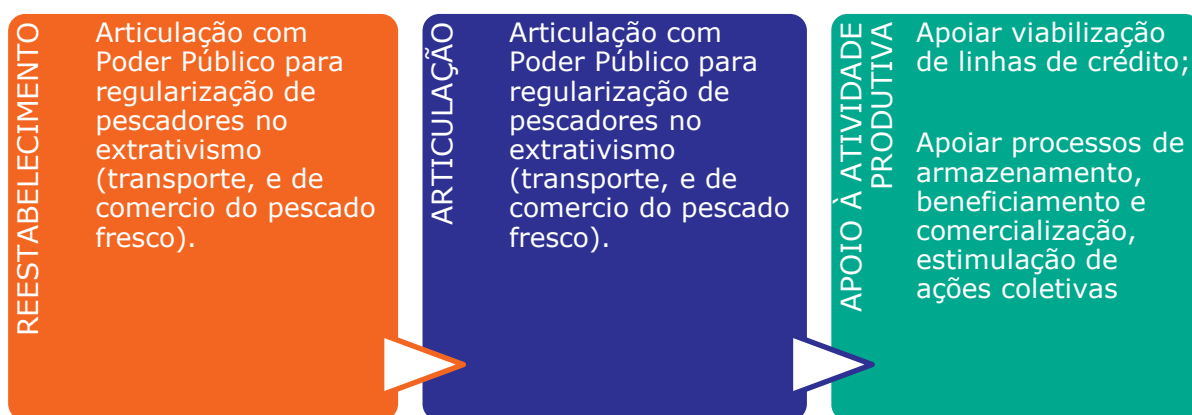
Promover assistência técnica e extensão rural aos moldes da PNATER;

Apoiar a viabilização de linhas de créditos para a melhoria da atividade (interface com o programa de micro e pequenos negócios);

Apoiar processos de armazenamento, beneficiamento e comercialização, estimulando as ações coletivas;

Apoiar o processo de organização social das comunidades, como base para fortalecimento da cadeia produtiva da pesca.

Processo



Orçamento do Processo

Pacote / Atividade	2016	2017	2018	2019	2020	2021-2020	TOTAL
Processo de Estruturação Produtiva			4,492	9,499	0,172	0,172	14,335
Total			4,492	9,499	0,172	0,172	14,335

Quadro 1: Detalhamento do processo de estruturação Produtiva.

PF0271 – Projeto de alternativas e melhorias de produção

Objetivo

Estabelecer alternativas de realocação, até o restabelecimento das condições equivalente ou melhor da pesca, dos pescadores em nova atividade econômica ou produtiva, e o restabelecimento das atividades aquícolas.

Realizar estudo de demanda de mercado a partir das atividades de interesse citadas no Cadastro Integrado;

Implementação dos projetos de Aquapônia na Foz do Rio Doce, em Regência e Povoação, Areal e Entre Rios: ações já em andamento com concretização prevista para o próximo semestre;

Estudar possibilidades para discussão com os grupos interessados em função do perfil socioeconômico;

Desenvolver /implementar programas de desenvolvimento local, que permita a absorção da mão de obra nas atividades mais citadas, capacitando os grupos para o exercício das atividades de interesse;

Promover alternativas de inserção dos pescadores em atividades coerentes com a sua experiência e interesse.

Desenvolver ações de retomada das iniciativas de Piscicultura / Aquicultura que existiam antes do evento, bem como encontrar caminhos para instalação de novos empreendimentos, tendo os(as) impactados(as) como protagonistas, com autossuficiência e sustentabilidade;

Requisitos, Premissas e Restrições

Considerando as restrições e dificuldades para a retomada da pesca, a estratégia é estabelecer concomitantemente conjunto de ações interligadas e consorciadas de inclusão e capacitação profissional em outras atividades, e na melhoria da cadeia produtiva da pesca e da aquicultura pré-existent.

Escopo do Projeto

Promover alternativas de inserção dos pescadores em atividades coerentes com seu perfil, experiência e áreas interesse (Viabilizar a contratação como colaborador nos programas da FR);

Realizar estudo de demanda de mercado a partir das atividades de interesse citadas no Cadastro Integrado;

Implementação dos projetos de Aquicultura, tal como aquaponia (ações já em andamento na Foz do Rio Doce: Regência e Povoação);

Estudar possibilidades para discussão com os grupos interessados, de novas atividades produtivas, em função do perfil socioeconômico;

Desenvolver /implementar programas de desenvolvimento local, incentivando o empreendedorismo, que permita a absorção da mão de obra nas atividades mais citadas, capacitando os grupos para o exercício das atividades de interesse

Cronograma do Projeto

Atividades do projeto	Duração	2017	2018	2019	2020	2021	2022 - 2026
Planejamento do Projeto	6 Meses	Jun Dez					
Execução do Projeto	8,5 Anos	Dez	—				Set/26
Encerramento do Projeto	3 Mês						Set/26 Dez/26

Observações: As demais atividades desse processo ainda estão em fase de avaliação e definição, portanto, não foram incluídas nesse cronograma.

Orçamento do Projeto

Pacote / Atividade	2016	2017	2018	2019	2020	2021-2020	TOTAL
Projetos de Alternativas de Produção			0,998	1,873	0,033	0,034	2,938
Total			0,998	1,873	0,033	0,034	2,938

Quadro 1: Detalhamento do projeto de alternativas de produção.

5 Planejamento consolidado do programa

5.1.1 Custo do programa (R\$ 27, 529 milhões)

O custo total do programa está estimado em R\$ 27, 529 milhões, sendo integralmente de natureza reparatória. Abaixo a distribuição deste valor nos projetos e processos ao longo do período de implementação do programa.

PROCESSO / PROJETO	2016	2017	2018	2019	2020	2021-2026	TOTAL
Processo de Superação das Limitações e Restrições ao Exercício da Pesca e Atividades Aquícolas			1,497				1,497
Processo para Estímulo ao Consumo do Pescado			2,496	5,185	0,093	0,094	7,868
Processo de Estruturação de Cadeias Produtivas			4,492	9,499	0,172	0,172	14,335

Projetos de Alternativas de Produção		0,998	1,873	0,033	0,034	2,938
Custos incorridos em exercícios anteriores	0,226	0,658				0,884
Total	0,226	0,658	9,484	16,558	0,300	27,529

Tabela 11: Custo estimado do programa.

5.1.2 Cronograma do programa

Atividade	Início	Fim
EXECUÇÃO DO PROGRAMA	01/18	12/26
Etapa 1 - Planejamento da Execução	01/18	06/18
Processo de Superação das Limitações e Restrições ao Exercício da Pesca e Atividades Aquícolas	01/18	03/18
Processo para Estímulo ao Consumo do Pescado	01/18	06/18
Processo de Estruturação de Cadeias Produtivas	01/18	06/18
Projetos de Alternativas de Produção	06/17	06/18
Etapa 2 – Execução dos projetos ou processos	03/18	09/26
Processo de Superação das Limitações e Restrições ao Exercício da Pesca e Atividades Aquícolas	03/18	12/18
Processo para Estímulo ao Consumo do Pescado	06/18	09/26
Processo de Estruturação de Cadeias Produtivas	06/18	09/26
Projetos de Alternativas de Produção	12/17	09/26
Encerramento do Programa	09/26	12/26

Tabela 12: Cronograma macro do programa.

5.1.3 Papéis e Responsabilidades

Projeto / Processo	Descrição dos Papéis e Responsabilidades	Área ou Órgão Responsável
Processo de Superação das Limitações e Restrições ao Exercício da Pesca e Atividades Aquícolas	Articular e promover junto as Instituições públicas as condições necessárias para a retomada da atividade da pesca em termos de qualidade ambiental e sanidade do pescado;	Programa de Conservação da Biodiversidade/Programa da Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras
Processo para Estímulo ao Consumo do Pescado	Apoio as estratégias de comunicação e engajamento para estímulo ao consumo do pescado junto aos impactados e aos diferentes segmentos de consumidores;	Programa da Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras Programa de Diálogo Social
	Definição de estratégias de abertura e/ou consolidação de mercados.	Programa da Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras
Processo de Estruturação de Cadeias Produtivas	Assistência técnica e extensão rural aos moldes da PNATER	Programa da Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras
	Apoio ao ordenamento pesqueiro	
	Apoiar processos de armazenamento, beneficiamento e comercialização, estimulando as ações coletivas;	
	Apoiar o processo de organização social das comunidades, como base para fortalecimento da cadeia produtiva da pesca.	
Projetos de Alternativas de Produção	Promover alternativas de inserção dos pescadores em atividades coerentes com a sua experiência e interesse	Programa da Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras

Tabela 13: Papéis e responsabilidades.

6 Plano de resultados

6.1.1 Indicadores do Programa

Para avaliação dos resultados do programa e assegurar que os objetivos foram alcançados devem ser definidos indicadores e metas. Os indicadores para este fim foram classificados da seguinte forma:

Indicadores de eficácia: Avalia a capacidade do projeto ou processo de produzir o resultado desejado.

Indicadores de efetividade: Avalia a eficácia na realização dos resultados esperados do programa ao longo do tempo.

Na tabela seguinte estão os indicadores propostos para o programa:

CLASSE	INDICADOR	UNIDADE	META
Eficácia	I01 – Limitações e restrições legais ao exercício da pesca superados	Porcentagem	100%
Eficácia	I02 –Índice de aceitabilidade do consumo do pescado	Porcentagem	60%
Eficácia	I03 – Taxa de oferta de realocação em outras atividades	Porcentagem	100%
Eficácia	I04 – Taxa de assistência técnica	Porcentagem	100%
Efetividade	I05 – Nível de retomada das atividades produtivas aquícolas e pesqueiras	Porcentagem	50%

Tabela 14: Indicadores do programa.

Os indicadores estão detalhados no item 6.1.3 – Ficha de indicadores, deste documento.

6.1.2 Critérios para encerramento do programa

O Programa será encerrado quando a atividade pesqueira da região estiver em condições viáveis, incluindo aceitação do mercado, disponibilidade de pescado e incremento da economia local ou regional e, em caso da impossibilidade da retomada da pesca na região ou em locais específicos, até que sejam estabelecidas condições para realocação profissional e inserção em atividades econômicas ou produtivas dos pescadores impactados. O programa acompanhará as referidas ações através do monitoramento e controle dos indicadores "I01 – Limitações e restrições legais ao

exercício da pesca superados” e “I03 – Taxa de oferta de realocação em outras atividades”. O atingimento das metas desses indicadores comprovarão que as condições foram restabelecidas tanto para a retomada da atividade pesqueira, quanto para realocação profissional, respectivamente, encerrando-se assim o programa.

6.1.3 Fichas dos indicadores

As descrições detalhadas dos indicadores estão nas fichas a seguir.

I01 – Limitações e restrições legais ao exercício da pesca superados			
Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	Execução de 100% do Plano de Ação para superação das limitações e restrições ao exercício da pesca e atividades aquícolas.		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
%	Maior melhor	Cumulativo	100%
Frequência de medição	Data início medição		Data fim medição
Anual	Jan / 2019		Dez/2026
Fórmula de cálculo			
$I01 = \frac{\text{Quantidade de ações do plano executadas}}{\text{Quantidades de ações dos plano previstas}} \times 100$			
Quantidade de ações do plano executadas			
Definição	Quantidade de ações do “Plano” que foram realizadas pelo programa.		
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Avaliar quantas ações previstas no “Plano” foram realizadas pelo programa. A partir do estabelecimento das ações no respectivo “Plano”, o programa passara a monitorar e controlar o mesmo de forma a obter às informações necessárias ao acompanhamento do “Indicador”. Toda base de dados referente ao indicador estará disponibilizada no “Site do Programa via Sharepoint”.		
Quantidade de ações do plano previstas			
Definição	Quantidade total de ações previstas no “Plano”.		
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Avaliar a quantidade total de ações previstas no “Plano”. A partir do estabelecimento das ações no respectivo “Plano”, o programa passara a monitorar e controlar o mesmo de forma a obter às informações necessárias ao acompanhamento do “Indicador”. Toda base de dados referente ao indicador estará disponibilizada no “Site do Programa via Sharepoint”.		

I02 – índice de aceitabilidade do consumo do pescado

Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	Aumentar a percepção da confiança no consumo do pescado		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
%	Maior melhor	Cumulativo	60%
Frequência de medição	Data início medição		Data fim medição
Semestral	Jan / 2019		Dez/2026
Fórmula de cálculo			

$$I02 = \frac{\text{Número total de respostas positivas em relação à aceitação do pescado}}{\text{Total de perguntas realizadas junto aos entrevistados}} \times 100$$

Número total de respostas positivas em relação à aceitação do pescado

Definição	Índice de confiança de consumo do pescado medido cumulativamente. Respostas.
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Pesquisa de opinião a ser realizada com o público consumidor de pesca nos municípios afetados. O programa realizara abordagem de acordo com os territórios atendidos, sendo que o resultado destas pesquisas por território vai compor o resultado geral do programa com base na média dos respectivos resultados. Toda base de dados referente ao indicador estará disponibilizada no "Site do Programa via Sharepoint".

Número total de perguntas realizadas

Definição	Índice de confiança de consumo do pescado medido cumulativamente. Perguntas.
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Pesquisa de opinião a ser realizada com o público consumidor de pesca nos municípios afetados. O programa realizara abordagem de acordo com os territórios atendidos, sendo que o resultado destas pesquisas por território vai compor o resultado geral do programa com base na média dos respectivos resultados. Toda base de dados referente ao indicador estará disponibilizada no "Site do Programa via Sharepoint".

I03 - Taxa de oferta de realocação em outras atividades

Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	Ofertar alternativas de realocação de atividades, que sejam compatíveis ao modo de vida dos pescadores, para 100% dos impactados que foram impossibilitados de retornar à atividade pesqueira em decorrência do EVENTO e que aderiram às ações do programa.		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
%	Maior melhor	Cumulativo	100%
Frequência de medição	Data início medição		Data fim medição
Semestral	Jan / 2019		Dez/2026

Fórmula de cálculo

$$I05 = \frac{\text{Quantidade de pescadores que receberam ofertas de alternativas de realocação}}{\text{Quantidade de pescadores impossibilitados}} \times 100$$

Quantidade de pescadores que receberam ofertas de alternativas de realocação

Definição	Quantidade de pescadores impossibilitados de retornar à atividade pesqueira em decorrência do "EVENTO", que aderiram às ações ofertadas pelo programa e foram atendidos pelo mesmo.
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Controle referente ao total de pescadores impossibilitados de retornar à atividade pesqueira em decorrência do "EVENTO", que aderiram às ações ofertadas pelo programa e foram atendidos pelo mesmo. Toda base de dados referente ao indicador estará disponibilizada no "Site do Programa via Sharepoint".

Quantidade de pescadores impossibilitados

Definição	Quantidade de pescadores impossibilitados de retornar à atividade pesqueira em decorrência do "EVENTO", que aderiram às alternativas ofertadas pelo programa.
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Avaliação e controle da quantidade de pescadores impossibilitados de retornar à atividade pesqueira em decorrência do "EVENTO", que aderiram às alternativas ofertadas pelo programa. Toda base de dados referente ao indicador estará disponibilizada no "Site do Programa via Sharepoint".

I04 - Taxa de assistência técnica

Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	Realização de assistência técnica e extensão rural para 100% dos pescadores elegíveis e que aderirem às ações do programa para a retomada das atividades aquícolas e pesqueiras.		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
%	Maior melhor	Cumulativo	100%
Frequência de medição	Data início medição		Data fim medição
Semestral	Jan / 2019		Dez/2026
Fórmula de cálculo			

$$I04 = \frac{\text{Quantidades de pescadores atendidos pela assistência técnica}}{\text{Quantidade de pescadores elegíveis e que aderiram ao programa}} \times 100$$

Quantidade de pescadores atendidos pela assistência técnica

Definição	Quantidade de pescadores elegíveis à assistência técnica que aderiram ao programa e foram atendidos pela fundação até o período avaliado.
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Controle referente ao total de pescadores elegíveis, que aderiram ao programa e foram atendidos pela "Assistência Técnica" ofertada fundação. Toda base de dados referente ao indicador estará disponibilizada no "Site do Programa via Sharepoint".

Quantidade de pescadores elegíveis e que aderiram ao programa

Definição	Quantidade de pescadores elegíveis à assistência técnica que aderiram ao programa.
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Controle e avaliação da elegibilidade à "Assistência Técnica" e adesão ao programa por parte dos pescadores. Toda base de dados referente ao indicador estará disponibilizada no "Site do Programa via Sharepoint".

I05 – Nível de retomada das atividades produtivas aquícolas e pesqueiras

Tipo	Resultados esperados		
Efetividade	Avaliar o nível de acesso ao mercado pelos pescadores e aquicultores que aderiram às ações do programa.		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
%	Maior melhor	Cumulativo	50%
Frequência de medição	Data início medição		Data fim medição
Anual	Jan / 2019		Dez/2026
Fórmula de cálculo			

$$I03 = \frac{\text{Quantidade de pescadores que conseguiram acessar o mercado}}{\text{Quantidades de pescadores regulamentados que aderiram ao programa}} \times 100$$

Nome do numerador

Definição	Quantidade de pescadores e aquicultores regulamentados que aderiram às ações do programa e conseguiram acessar o mercado.
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Pesquisa e monitoramento dos pescadores que aderiram às ações do programa e conseguiram acessar o mercado. Toda base de dados referente ao indicador estará disponibilizada no "Site do Programa via Sharepoint".

Nome do denominador

Definição	Quantidade de pescadores e aquicultores regulamentados que aderiram às ações do programa.
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Avaliação e controle dos pescadores e aquicultores regulamentados que aderiram às ações do programa. Toda base de dados referente ao indicador estará disponibilizada no "Site do Programa via Sharepoint".

7 Anexos

Anexo I – Clausulas 116 a 123 do TTAC - TERMO DE TRANSAÇÃO E DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Anexo II – Equipe do Programa (Conforme formulário FM-GPR-008)

Este documento foi elaborado por Marcelo Burguez Pires – Líder de Programa e Equipe.

Marcus Fuchs
Gerente Executivo
Data:

Anexo I – Clausulas 116 a 123 do TTAC - TERMO DE TRANSAÇÃO E DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

SEÇÃO VI: ECONOMIA

SUBSEÇÃO VI.1: Programa de Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras

CLÁUSULA 116: A FUNDAÇÃO deverá desenvolver um programa para o apoio aos pescadores IMPACTADOS ao longo da ÁREA DE ABRANGÊNCIA.

CLÁUSULA 117: A FUNDAÇÃO deverá buscar a recomposição das áreas produtivas e das condições para produção dos pescadores, incluindo os equipamentos e infraestrutura impactados para a conservação, industrialização e comercialização do pescado.

CLÁUSULA 118: A FUNDAÇÃO deverá prestar assistência técnica aos pescadores impactados pelo EVENTO e às suas respectivas cooperativas e associações, de modo a viabilizar a retomada de suas atividades, bem como ajuda financeira aos pescadores impactados, no montante definido pelo Programa de Auxílio Financeiro aos IMPACTADOS até a condição de pesca ser equivalente à SITUAÇÃO ANTERIOR.

PARÁGRAFO ÚNICO: A assistência técnica deverá ser realizada nos termos do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER, de acordo com orientações do PODER PÚBLICO, sendo custeada pela FUNDAÇÃO.

CLÁUSULA 119: Sempre que, em virtude do EVENTO, a retomada da atividade de pesca não for possível, deverão ser ofertados cursos de qualificação profissional em outras atividades, prestando assistência técnica nos termos da PNATER, quando cabível, com o objetivo de identificar e viabilizar a realocação em nova atividade econômica ou produtiva, sem prejuízo do pagamento do Auxílio Financeiro previsto na CLÁUSULA 118 até a condição de pesca ser equivalente à SITUAÇÃO ANTERIOR ou até que sejam estabelecidas as condições para realocação profissional, o que ocorrer primeiro, assegurada a conclusão da oferta dos cursos de qualificação em andamento no âmbito deste PROGRAMA.

CLÁUSULA 120: As obrigações relacionadas à qualificação e assistência técnicas devem ser mantidas por 24 (vinte e quatro meses).

PARÁGRAFO ÚNICO: O prazo previsto no caput poderá ser prorrogado, caso esta necessidade seja fundamentadamente justificada.

CLÁUSULA 121: O presente programa também se aplica aos areeiros IMPACTADOS, desde que legalmente autorizados para a atividade.

CLÁUSULA 122: Será elaborado e implementado um plano de recuperação da pesca na ÁREA DE ABRANGÊNCIA, e, em caso de identificação de impactos decorrentes do EVENTO, plano de recuperação de atividades de aquicultura impactadas, o qual deverá ser articulado com os estudos ambientais.

CLÁUSULA 123: Deverão ser previstas medidas emergenciais para a readequação ou adaptação das formas de trabalho e geração de renda diretamente relacionadas ao rio, notadamente relativas aos pescadores e aos areeiros, podendo ser planejadas e fomentadas alternativas de negócios coletivos sociais

Anexo II – Equipe do Programa (Conforme formulário FM-GPR-008)

Cargo/Função	Nome	Área	Descrição da função / Responsabilidades
Líder do PG 16 e Coordenador do Plano de Trabalho	Marcus Fuchs	Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras	
Analista Administrativo	Heloisa Helena Vasconcelos de Aquino	Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras	Apoio a análise dados da pesca do Cadastro Integrado para aprimoramento da categorização do público da pesca; apoio à gestão do PG 16.
Especialista do Programa Socioeconômico	Mariangela de Lorenzo	Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras	Gestão do Projeto e Ações de viabilização do Ordenamento Pesqueiro, com a participação do setor pesqueiro, ações de regularização e formalização dos pescadores (Lei da Pesca) e dos não pescadores da Cadeia Produtiva da Pesca e da Aquicultura, acompanhamento de camaras técnicas
Analista do Programa Socioeconômico	Josean de Castro Vieira	Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras	Apoio na Gestão e execução do Projeto e Ações de Articulação para viabilização do Ordenamento Pesqueiro, com a participação do setor pesqueiro, ações de regularização e formalização dos pescadores (Lei da Geral da Pesca) e dos não pescadores da Cadeia Produtiva da Pesca e da Aquicultura. Elaboração, Análise, e monitoramento de projetos de piscicultura/ aquicultura; Apoio na elaboração de documentos técnicos; Elaboração de laudos técnicos e pareceres (quando houver demanda); apoio técnico á outros programas internos em assuntos sobre pesca. Gestão de conflitos e relações com stakeholders
Analista do Programa Socioeconômico	Fernando Cavalcante de Sales Junior	Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras	Gestão de Projetos e Ações da Retomada das atividades Pesqueiras; Relacionamento com comunidades do segmento pesqueiro; Extensão com instituições de pesquisa, acadêmicas e entes governamentais e não

			<p>governamentais; Interface entre os programas da Fundação renova (socioeconômicos, socioambientais e de gestão direta); Assessoria por meio de reuniões, relatórios, pareceres, laudos dentre outros documentos de arcabouço técnico.</p>
<p>Analista do Programa Socioeconômico</p>	<p>Renata da Silva Daco</p>	<p>Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras</p>	<p>Relacionamento com as comunidades pesqueiras e instituições de interesse; análise de demandas da comunidade; planejamento de projetos; apoio na elaboração de documentos internos do programa (relatórios, definição do programa e pareceres técnicos); contratação de fornecedor de serviço; e atribuições relativas aos 14 projetos da Foz (participação de reuniões com o Grupo de Interesse Local, Núcleo Técnico e com a comunidade; apoio no planejamento das reuniões e no registro; repasse periódico de informações, entre outros).</p>

<p>Analista do Programa Socioeconômico</p>	<p>Soraya Ribeiro da Rocha</p>		<ul style="list-style-type: none"> - Relacionamento com as comunidades pesqueiras e instituições de interesse; - Análise de demandas da comunidade; - Identificação, planejamento, gestão e avaliação de projetos e ações de retomada das atividades aquícolas e pesqueiras; - Apoio na elaboração de documentos internos (relatórios, definição do programa e pareceres técnicos); - Compilação de dados e reporte das atividades do PG16 ao CIF; - Identificação de oportunidades de parceria com instituições de pesquisa, acadêmicas e ONGs; - Identificação de oportunidade de interface entre os programas da Fundação Renova; - Realização de reuniões, produção de relatórios e pareceres dentre outros documentos técnicos.
<p>Técnico no Programa Socioeconômico.</p>	<p>Fábio Terto Goveia Toretta</p>	<p>Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras</p>	<p>Implantação do Plano de Gestão dos Investimentos Sociais do PG-16 de acordo com as determinações do TTAC; Gestão de todo o ciclo orçamentário; gestão do processo de contratos, aditivos e pedidos de usuário; Identificação de projetos que possam gerar renda alternativa ou complementar para os pescadores impactados e gerando assim recursos financeiros e humanos, de forma a integrá-los com a política de investimento social, visando minimizar impactos negativos e potencializar os positivos, na construção de um legado de sustentabilidade.</p> <p>Manter relacionamento com o público externos e interno da área de</p>

			<p>atuação;</p> <p>Desenvolver parcerias com os principais stakeholders nos municípios onde algum pescador tenha sido impactado</p> <p>Apoiar o cumprimento de acordos, encaminhamentos e respostas às solicitações e demandas da comunidade pesqueira;</p> <p>Gerenciamento de impactos dos projetos desenvolvidos nas comunidades, por meio de acompanhamento dos mesmos e avaliando os relatórios das empresas prestadoras de serviços e das áreas técnicas responsáveis pelo controle de geração de impactos positivos ou não para o PG-16;</p> <p>Executar/Acompanhar ações de relacionamento, projetos sociais ou ações de mitigação de impacto nos territórios.</p>
--	--	--	--